

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.799 - BE
(2019/0094682-4)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : A F G E
ADVOGADO : RODRIGO DIAS GOMES - GO054416
REQUERIDO : C B E G

DECISÃO

A. F. G. E. formulou pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Tribunal de Primeira Instância Francófono de Bruxelas, Bélgica, que dissolveu seu casamento com C. B. E. G. e homologou as convenções relativas aos filhos menores firmadas entre as partes.

A requerida anuiu ao pedido (fls. 72-77), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 61).

É o relatório. Decido.

Para ser homologada no Brasil, a sentença estrangeira deve reunir os seguintes requisitos: a) ter sido proferida por autoridade competente; b) ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; c) ser eficaz no país em que foi proferida; d) não ofender a coisa julgada brasileira; e) não conter manifesta ofensa à soberania nacional, à ordem pública, à dignidade da pessoa humana nem aos bons costumes (arts. 963 do CPC, 17 da LINDB e 216-C a 216-F do RISTJ); e f) estar acompanhada de tradução oficial e de chancela consular ou apostila, salvo disposição que as dispense prevista em tratado.

Além disso, por se tratar de juízo meramente homologatório, a homologação deve restringir-se aos exatos termos do conteúdo da sentença estrangeira.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Constan dos autos a sentença estrangeira de divórcio e o acordo (fls. 99-102 e 6-16), acompanhados de apostila (fls. 57 e 58) e traduzidos por profissional juramentado no Brasil (fls. 103-108 e 39-59), bem como a comprovação do trânsito em julgado a dar eficácia à decisão (fl. 93 e 103).

Deixo de acolher o pedido de retomada do nome de solteiro. A

Superior Tribunal de Justiça

sentença homologanda nada dispõe a respeito; também não foram apresentados documentos emitidos após o divórcio que, de acordo com a legislação belga, comprovassem a alteração do nome (fl. 125).

Além disso, o requerente não tem poderes para, em nome próprio, solicitar direito alheio, sobretudo quanto ao nome da requerida, que é direito personalíssimo.

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio e estendo os efeitos da homologação às convenções por ele ratificadas.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.



MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente